

**EDUCAÇÃO INTEGRAL: PESQUISAS  
CIENTÍFICAS DA CAPES SOBRE OS PLANOS  
MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO****INTEGRAL EDUCATION: CAPES SCIENTIFIC  
RESEARCH ON MUNICIPAL EDUCATION PLANS**Mônica Araújo Santos<sup>1,\*</sup> / Marinalva Nunes Fernandes<sup>1</sup>**INTRODUÇÃO**

O trabalho, aqui apresentado tem como objetivo conhecer as pesquisas desenvolvidas e publicadas nos últimos cinco anos (2015-2019) no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Esse, é uma etapa da pesquisa em desenvolvimento no DCH/VI/UNEB do Programa de Iniciação Científica com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) que objetiva conhecer como a Educação Integral está projetada nos Planos Municipais de Educação (PME) dos municípios do Território de Identidade do Sertão Produtivo, bem como analisar e verificar se suas metas e estratégias consideram as particularidades de cada município que integra esse território.

Entender esse processo de consolidação da Educação Integral em nosso país, em especial no Território de Identidade do Sertão Produtivo<sup>2</sup>, para nós estudantes de licenciatura e habitantes desse espaço é fundamental. Pretende-se não apenas conhecer, mas também dialogar sobre o cenário atual e os caminhos que podem ser construídos no intuito de tornar essa educação menos padronizada e mais flexível para atender os sujeitos desse território na sua integralidade.

<sup>1</sup>Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Caetité, Bahia – Brasil

\*E-mail para correspondência: daraujo@uneb.br

<sup>2</sup>Região composta por 20 municípios distribuído em uma área de 23.544,51 km<sup>2</sup>. Os limites são o estado de Minas Gerais e os Territórios do Sudoeste Baiano, Velho Chico, Bacia do Paramirim, Chapada Diamantina e Rio de Contas. Território em que a cultura sertaneja predomina, principalmente nas áreas rurais. Os municípios que integram esse território são: Brumado, Caetité, Caculé, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiú, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada das Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Urandi e Tanque Novo.

**RESUMO**

O estudo tem como objetivo conhecer a realidade das pesquisas científicas no tocante à Educação Integral nos Planos Municipais de Educação (PME) do Território de Identidade do Sertão Produtivo entre os anos de 2015 a 2019, identificando, o número de produções dessa natureza nesse espaço. Adota metodologicamente o Estado de Conhecimento, por meio da abordagem qualitativa e análise documental feita no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os dados revelam a ausência de pesquisas sobre o PME nesse território deixando preconizados a premência de pesquisas sobre a implementação e execução da Educação Integral nessa região.

**Palavras-chave:** Educação Integral. Planos Municipais de Educação. Pesquisas Científicas

**ABSTRACT**

The study aims to know the reality of scientific research regarding Integral Education in the Municipal Education Plans (PME) of the Territory of Identity of the Productive Sertão between the years 2015 to 2019, identifying the number of productions of this nature in this space. It methodologically adopts the State of Knowledge, through the qualitative approach and documentary analysis made in the database of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). The date reveal the absence of research on PME in this territory, leaving recommended the presence of research on the implementation and implementation of Integral Education in this region.

**Keywords:** Integral Education. Municipal Education Plans. Scientific Research.

*Submetido em:* 26 de set. 2022

*Aceito em:* 04 de nov. 2022

Historicamente a educação pública brasileira registra um déficit no aspecto da qualidade, como também no desenvolvimento do educando em sua totalidade. Esses pontos sempre fizeram parte da pauta de lutas de educadores, associações científicas e sindicais. Nesse interim a educação em tempo integral surge como uma alternativa possível para superar essa realidade.

Para pensar o processo educativo, é necessário antes de tudo, compreendê-lo enquanto movimento. Um movimento que visa acompanhar as demandas que são apresentadas em diferentes contextos e espaços, como também deve atender as diversidades existentes no âmbito local, regional e nacional. Essa ação se materializa a partir de políticas públicas educacionais que possibilitam a efetivação das proposições estabelecidas nos documentos normativos que configuram a educação no país

O trabalho é de abordagem qualitativa e utilizou o estado do conhecimento para levantamento das informações, conforme descrito a seguir.

## **METODOLOGIA**

O Estado do Conhecimento, conceituado por Marosini (2015, p. 102) como “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica”, possibilitou-nos levantar as informações relacionadas às produções do banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) entre os anos de 2015 a 2019.

Tendo como técnica de pesquisa a análise documental em que o acesso aos materiais basilares se deu através de plataformas digitais. As análises feitas até então se configuraram em um processo de leitura e reflexão das diferentes abordagens apresentadas em textos, teses e dissertações relacionadas ao tema de pesquisa.

A pesquisa procedeu-se primeiramente na seleção de produções científicas dos anos de 2015 a 2019 relacionadas ao tema “Educação Integral nos planos municipais de educação no território de identidade do sertão produtivo” a partir dos seguintes descritores: Ensino integral, Território de identidade do sertão produtivo e Plano Municipal de Educação. A quantidade de produções encontradas a partir dessa primeira busca foi insuficiente para análise, dessa forma, fizemos mudanças nos descritores para conseguir ampliar a quantidade de materiais. Definimos como descritores alternativos: Educação Integral, Território de Identidade e Planos Municipais de Educação. A seguir apresentaremos algumas reflexões a partir das leituras desenvolvidas.

## **EDUCAÇÃO INTEGRAL: DISCUTINDO E REFLETINDO OS CONCEITOS**

Procuramos refletir a temática considerando dois eixos centrais a saber: 1) compreensão dos conceitos de Estado, políticas educacionais e plano municipal de educação; e 2) a denominação de acordo com o que propõe os documentos, ora fala em escola de tempo integral ora em educação de tempo integral;

### **Eixo 1: compreendendo os conceitos**

Importante frisar que, o sistema educacional de um dado período histórico vai estar em consonância com o modelo adotado de Estado. Araújo e Almeida (2010, p. 97) destacam que “as ações e orientações do Estado interferem no cotidiano de cada instituição educativa e dos sujeitos que a constroem” tentando molda-los para, assim, atuarem em suas práticas sociais de acordo com os interesses que movem esse modelo de Estado. No caso do Brasil, temos em vigência o Estado Neoliberal determinando e direcionando os rumos da educação no país a partir da perspectiva mercadológica. As ações articuladas reverberam negativamente na educação, em especial, na Educação Integral, em virtude dos cortes substanciais de recursos para sua consecução.

As ações promovidas pelo Estado no âmbito educacional se materializam por meio das políticas educacionais. Segundo Araújo e Almeida (2010, p.107), são políticas elementares que “implicam em escolhas e decisões que envolvem indivíduos, grupos e instituições e, portanto, não são fruto de iniciativas abstratas, mas constroem-se na correlação entre as forças sociais, que se articulam para defender seus interesses”, ou seja, resultam de disputas de diferentes grupos sociais e se enveredam em prol de objetivos planejados para a educação. Compreende-se que a implantação da Educação Integral de forma exitosa depende da diligência na construção de políticas educacionais assertivas.

Conforme abordagem feita por Oliveira (2019, p. 86), “o Plano Nacional de Educação (PNE) é a principal medida de política educacional resultante da LDB [...]” Sendo política de Estado estabelece os caminhos pensados para o sistema educacional brasileiro. Dessa forma, os municípios se articulam para construir um Plano Municipal de Educação em consonância com o PNE, mas, sistematizado e alicerçado a partir da realidade local. Esses, têm vigência de 10 (dez) anos e, são construídos coletivamente entre comunidade escolar e sociedade civil pretendendo associar o conhecimento construído historicamente com os saberes e atividades de cada município.

### **Eixo 2: Educação integral nos documentos oficiais: escola de tempo integral e educação de tempo integral**

A Educação Integral no Brasil por muito tempo foi ofertada apenas as classes dominantes. De acordo Oliveira (2019), em 1930, o educador Anísio Spínola Teixeira promove as primeiras experiências com escolas em tempo integral no setor público. A autora menciona também, as contribuições de Darcy Ribeiro, outro importante educador brasileiro, que dá continuidade a essas experiências, apontando a necessidade de trabalhar a educação numa perspectiva democrática e, que tenha como público alvo prioritário as classes populares.

A educação integral acontece atualmente através de programas indutores. Implementada em 2007 por meio do Programa Mais Educação, em que se realizava oficinas dentro e fora da escola, a educação integral era efetivada a partir de atividades diversas que possibilitavam uma formação ampliada dos alunos. Em 2017, esse programa foi substituído para o Novo Programa Mais Educação conforme constata Oliveira (2019, p. 113), um programa que ocorre “por meio da realização de acompanhamento pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática e do desenvolvimento de atividades voltadas para os campos: Artes, Cultura, Esporte e Lazer, impulsionando a melhoria do desempenho educacional”.

A Educação Integral é caracterizada por ampliar o período em que o aluno passa na escola e, por trabalhar, a partir de projetos pedagógicos, currículo integrado e atividades educativas, como afirma Vilas Boas e Abbiati (2020, p.

1575) “a multidisciplinaridade do sujeito, compreendendo o seu aspecto intelectual, físico e emocional”, considerados primordiais para formação como sujeito integral.

Oliveira (2019, p. 49), caracteriza a “escola de tempo integral” como “uma compreensão restrita da organização do tempo escolar, na qual a permanência dos estudantes fica estendida em pelo menos sete horas diárias”. Nesse caso, o tempo é utilizado para ampliar através de atividades complementares o que foi construído no tempo regular.

Em uma perspectiva mais ampla Oliveira (2019, p. 48-49) apresenta a concepção de educação em tempo integral, destacando que a mesma “é entendida como ampliação de tempos e espaços educacionais, bem como dos compromissos sociais da escola, que se associa às demais políticas sociais e às comunidades locais para a melhoria da qualidade da educação”. Nesse sentido, percebe-se a articulação que é feita para ampliar os saberes e a formação desses sujeitos (apud CAVALIERE, 2010, n. p.).

## RESULTADOS

A pesquisa empreendida permitiu-nos conhecer a realidade acerca das publicações sobre a educação integral nos planos municipais de educação, em particular no Território de Identidade do Sertão Produtivo. Percebemos a escassez de estudos envolvendo a Educação Integral nos PMEs a partir das buscas no banco de dados da CAPES. Assim, selecionamos algumas produções que abordavam sobre o tema em questão, mesmo sendo de regiões diferentes, para compreender como são feitas as pesquisas nessa área e, também para servir de orientação no processo de análise dos Planos Municipais de Educação que constitui nosso objeto de pesquisa.

Esse processo foi essencial para compreender a realidade envolvendo os estudos feitos na perspectiva da Educação Integral no PME. Encontramos no banco de dados da CAPES 508 trabalhos construídos entre 2015 e 2019. No campo do ensino integral foram 31, Educação Integral 393, Território de identidade do Sertão Produtivo 0, Território de Identidade 12, Planos Municipais de Educação 9 e Plano Municipal de educação 63. Em seguida, foi realizada a leitura do resumo dessas produções, objetivando definir os materiais com perspectivas semelhantes e, que pudessem contribuir na construção dessa pesquisa.

A busca feita no banco de dados da CAPES comprovou a carência de estudos acerca do Plano Municipal de Educação (PME), em especial, no tocante as metas e estratégias estabelecidas para efetivação da educação integral no Território de Identidade do Sertão Produtivo. Dessa forma, visando conhecer outras produções que dialogam com a temática em questão, selecionamos 2 trabalhos. Entretanto, em razão da ausência de pesquisas nessa área, não foi possível escolher trabalhos que descrevessem sobre a temática no mesmo espaço geográfico.

Para compreender como vem sendo analisado os PME destacamos a dissertação de Talline Luara Moreira Melo Oliveira com o seguinte título: “Análise da implementação das políticas educacionais para cumprimento da Meta 6 do PME de Santarém-PA” e a tese de Andréia Silva Abbiati com o título: “O direito à educação integral nos planos de educação (2015-2025) dos municípios da região Metropolitana de Campinas”. Essas produções apresentam contribuições significativas em diferentes aspectos da Educação Integral.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de suma importância conhecer como outros pesquisadores debruçaram sobre determinado tema de pesquisa, sobretudo do tema em análise. As leituras e reflexões construídas possibilitará compreender os diversos pontos levantados acerca da Educação Integral que devem ser assimilados para conseguir construir uma pesquisa. Não se trata de pesquisar meramente, mas sim, de alcançar resultados que possam ser avaliados no contexto educacional no intuito de executar mudanças reais que reverbere no cotidiano da sala de aula.

A Educação Integral surge afim de repensar o cotidiano escolar e as práticas educativas a fim de concretizar o direito de aprender. Compreendendo sua importância, destacamos a necessidade de olhar a sua execução no Território de Identidade do Sertão Produtivo a partir das particularidades desse espaço e desses sujeitos que aqui se encontram. A formação integral promovida e perspectivada da Educação Integral nesses municípios insere os indivíduos aliados na ótica nacional e trabalha as suas dimensões a partir de um ensino socialmente significativo e culturalmente referenciado.

## REFERÊNCIAS

ABIATTI, Andreia. **O direito à educação integral nos planos de educação (2015-2025) dos municípios da região metropolitana de campinas**. Tese de Doutorado - Universidade Estadual de Campinas, p. 504. 2019. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=8926660](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8926660). Acesso em: 7 de março de 2022.

ARAÚJO, Denise; ALMEIDA, Maria Zeneide. Políticas educacionais: refletindo sobre seus significados. Goiânia, **Educativa**, v. 13, n. 1, p. 97-112, jan./jun. 2010.

MOROSINI, Marília Costa. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Educação** (UESM), Vol. 40, n.º 1, p. 101-116, dezembro de 2015.

OLIVEIRA, Talline. **Educação integral**: análise da implementação das políticas educacionais para cumprimento da Meta 6 do PME de Santarém-PA. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Oeste do Pará. São Paulo, p. 158. 2019. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=8926660](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8926660). Acesso em: 7 de março de 2022.

VILAS BOAS, Mariana; ABBIATI, Andreia. A educação (em tempo) integral no brasil: um olhar sobre diferentes experiências. **RPGE–Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. 3, p. 1573-1597, set./dez. 2020.